

**ESPAÇOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BAIRRO PADRE JOÃO  
DE BARROS PINHO, São José da Laje/AL**

**CONTEMPORARY URBAN SPACES: A CASE STUDY ON  
SOCIOESPACIAL SEGREGATION IN THE BAIRRO FATHER JOÃO DE  
BARROS PINHO, José da Laje/AL**

**ESPACIOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS: UN ESTUDIO DE CASO  
SOBRE SEGREGACIÓN SOCIALESPACIAL EN EL BARRIO PADRE  
JUAN DE BARROS PINO, San José da Laje/AL**

Claudionor de Oliveira Silva

Doutorando do curso de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Univ. do Vale do Taquari (UNIVATES, RS).

Odorico Konrad

Dr. em Engenharia Ambiental e Sanitária  
Univ. do Vale do Taquari (UNIVATES, RS).

Bianca Nascimento de Morais

Graduada em Geografia, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

**RESUMO**

Este artigo analisa o bairro Padre João de Barros Pinho em São José da Laje/AL, tomando por base os indicadores sociais que contribuem para compreender o processo de segregação socioespacial. Resultante de visitas de sondagem no local de estudo, coleta de dados, através de aplicação de questionários e entrevistas, para esclarecimentos de questões a cerca do histórico do bairro e fatores socioeconômicos. As observações em campo apontam que o bairro Padre João de Barros Pinho é palco de problemas característicos das periferias de cidades brasileiras, pois cresceu sem infraestrutura adequada, localiza-se em uma área fora dos padrões exigidos pelas leis ambientais e urbanas, o perfil socioeconômico das famílias é relativamente inferior comparado com outros bairros, existe deficiência nos serviços básicos oferecidos pelos órgãos competentes e a crescente população do bairro ocasionada pela migração do meio rural e de outros municípios, reflete na má organização espacial e ocupação irregular do meio ambiente, resultando na degradação e contaminação.

**Palavras-Chave:** Urbanização; Indicadores Sociais; Ocupação Irregular

**ABSTRACT**

This article analyzes the neighborhood Padre João de Barros Pinho in São José da Laje/AL, based on the social indicators that contribute to understand the process of socio-spatial segregation. Result of survey visits at the study site, data collection, through application of questionnaires and interviews, to clarify questions about the history of the neighborhood and socioeconomic factors. The observations in the field indicate that the neighborhood of Padre

João de Barros Pinho is the scene of problems characteristic of the peripheries of Brazilian cities, as it grew without adequate infrastructure, located in an area outside the standards required by environmental and urban laws, the socioeconomic profile of families are relatively inferior compared to other neighborhoods, there is a deficiency in basic services offered by the competent agencies and the growing population of the neighborhood caused by the migration of rural areas and other municipalities, reflects in the poor spatial organization and irregular occupation of the environment, resulting in degradation and contamination.

**keywords:** Urbanization; Social Indicators; Irregular Occupation

## RESUMEN

Este artículo analiza el barrio Padre João de Barros Pinho em san José da Laje/AL, tomando como base los indicadores sociales que contribuyen a comprender el proceso de segregación socioespacial. El resultado de visitas de sondeo en el lugar de estudio, recolección de datos, a través de aplicación de cuestionarios y entrevistas, para aclaraciones de cuestiones a cerca del histórico del barrio y factores socioeconómicos. Las observaciones en campo apuntan que el barrio Padre João de Barros Pinho es escenario de problemas característicos de las periferias de ciudades brasileñas, pues creció sin infraestructura adecuada, se ubica en un área fuera de los estándares exigidos por las leyes ambientales y urbanas, el perfil socioeconómico de las ciudades las familias son relativamente bajas en comparación con otros barrios, existen deficiencias en los servicios básicos ofrecidos por los órganos competentes y la creciente población del barrio ocasionada por la migración del medio rural y de otros municipios, refleja en la mala organización espacial y ocupación irregular del medio ambiente, resultando en la degradación y contaminación.

**Palabras clave:** Urbanización; Indicadores Sociales; Ocupación Irregular

## 1. INTRODUÇÃO

O tema segregação socioespacial merece destaque pelo agravamento da pobreza nos países globalizado. As camadas mais carentes são as mais atingidas. Que, quase sempre são confinadas em cortiços, favelas e bairros pobres, e sofrem com escassez de água, esgoto a céu aberto, falta de coleta de lixo e constantes enchentes. Isso mostra que, o modelo de ocupação das áreas urbanas, configura o modelo excludente de desenvolvimento socioeconômico global. O crescimento desordenado, a falta de planejamento por parte das autoridades e a invasão de áreas ambientais vem provocando transtornos socioambientais em muitas cidades brasileiras. Porém, o objeto de estudo a ser analisado no presente trabalho é o município de São José da Laje – AL, mais especificamente o bairro Padre João de Barros Pinho.

A razão para o desenvolvimento da presente pesquisa existe há algum tempo, analisando o quanto o bairro se distingue dos demais em todos os aspectos, estruturais, econômicos e sociais e com questionamentos indelévels de como vivem os moradores e quais os motivos que lhes levaram a residir em determinada localidade.

De acordo com o IBGE, em 2010 a população do município de São José da Laje seria

de 22.686, e no ano seguinte a população estimada era de 23.846 habitantes. Dado o exposto é inegável o aumento da população em tão pouco tempo, assim, levando em conta que a cidade é pequena e não tem possibilidades de crescimento, pois as terras em torno do município são de propriedades privadas. As classes menos favorecidas são obrigadas a morar em lugares inapropriados, formando uma rede de segregação no município, que desencadeia muitos problemas para a população em geral, como o aumento da violência, falta de saneamento básico, risco à saúde, desigualdades sociais e danos ao meio ambiente. Nesse sentido esse trabalho objetiva analisar o bairro Padre Pinho, tomando por base os indicadores sociais que contribuem para compreender o processo de segregação espacial.

## 2. SEGREGAÇÃO ESPACIAL E O ADVENTO DOS PROBLEMAS

A urbanização deve ser vista e estudada através do enfoque social, político e econômico, pois a organização espacial contemporânea é marcada por classes sociais diferentes, tais diferenças revelam inúmeros percalços na organização interna, que é um componente indispensável de estudo para a realização deste trabalho.

Todas as cidades sejam elas, pequenos centros ou grandes metrópoles são caracterizadas de redes urbanas e estão interligadas entre si através do fluxo de pessoas, bens e informações e apresentam variados tipos de espaços, tais como área comercial, industrial, residencial e de serviços. O enfoque principal desta pesquisa são os espaços residenciais.

É gritante a diferenciação residencial nas cidades brasileiras, resultante principalmente, da má distribuição de renda que gera pobreza e desigualdade e que estão presentes no sistema socioeconômico brasileiro ao longo da história da urbanização. SOUZA entende que:

Quase sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infraestrutura, mais insalubres etc.), sendo, na prática ou até formalmente excluídos de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. A segregação espacial induzida pode ser observada em cidades desde a antiguidade. (2007, p. 68).

Para agravar o cenário, com o advento da era industrial e globalizada intensificou-se a desigualdade na rede urbana brasileira e aflige grande parcela da população. Nesta situação, os pobres são induzidos a residirem em locais carentes de infraestrutura. Diante desta realidade, a população da periferia torna-se alvo da exclusão social e enfrentam sérios problemas que vão além da falta de infraestrutura tais como: miséria, violência, favelização, degradação ambiental, entre outros.

Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços, à infraestrutura, enfim, aos meios de consumo coletivo. O choque é maior quando se observa as áreas da cidade destinadas a moradia. É onde a paisagem urbana mostra as maiores diferenciações, evidenciando nitidamente as contradições de classe (CARLOS, 1994, p. 42).

As diversidades de modelos organizacionais dentro da mesma sociedade demonstram a

necessidade de estudo da organização espacial que se divide em classes sociais. Por um lado o desejo de melhores condições de vida, de outro o anseio do capitalismo em busca da valorização do espaço e especulação imobiliária. O tecido urbano é concomitantemente subdividido e ligado “cada uma de suas partes mantém relações com as demais, ainda que de intensidade muito variável”. (CORRÊA, 1995, p. 7).

As diferentes formas, funções, estruturas e processos encontrados no espaço urbano são consequências das mais variáveis formas de uso desse espaço, que vai da estrutura física até as relações sociais do cotidiano. Isso se dá devido a cidade ser palco de distintos grupos comunitários e agentes de produção que fragmentam o espaço e a estrutura social o que resulta em segregação espacial.

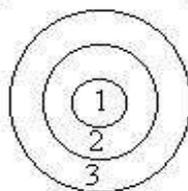
O processo de segregação residencial serve para explicar estritamente a divisão socioespacial e das classes sociais. Segundo Corrêa (1995, P, 59) o termo segregação espacial foi definido por Robert Park e mais tarde por Mckenzie na Escola de Chicago como “uma concentração de tipos de população dentro de um dado território (...) resultante do processo de competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais”.

A segregação residencial da classe dominante é caracterizada por Corrêa (1995) de auto-segregação, em que ela pode de modo efetivo, optar pelas áreas privilegiadas para habitar, resultando em bairros luxuosos e condomínios exclusivos, ou seja, é essa classe que comanda o mercado de terras. Outro tipo de segregação residencial pontuada pelo autor é a segregação imposta, que representa os grupos menos favorecidos, para este grupo as alternativas de como e onde morar são poucas e inaptas para boas condições de vida.

Desse modo, a segregação residencial provoca uma ruptura espacial das distintas classes sociais que trazem benefícios exclusivamente para a classe dominante, além disso, geram modelos de grupos sociais diferentes. Para os autores CORRÊA (1995) e SOUZA (2007), em suas distintas obras sobre urbanização, existem modelos padrões de segregação, denominamos pelos nomes daqueles que formalizaram evidências empíricas. Corrêa chamou de Padrões Espaciais, Souza de organização interna da cidade.

Primeiro modelo de segregação formulado em 1842 pelo geógrafo J. G. Kohl referia-se a cidade industrial, (CORRÊA 1995, p, 66) “segundo Kohl a cidade era marcada pela segregação da elite junto ao centro, enquanto na periferia viviam os pobres”. O modelo descrito por Kohl evidencia a fase do capitalismo, onde as áreas centrais eram habitadas apenas por aqueles que detinham o poder e priorizavam as áreas movidas pelo comércio industrial do capitalismo (Figura 1). Nos dias atuais este modelo de segregação continua presente em muitas cidades brasileiras e descreve, com precisão, como estão distribuídos os grupos sociais no município de São José da Laje, os grupos da elite estão inseridos junto ao centro da cidade onde se localizam o governo, instituições financeiras, comércios, ou seja, este grupo tem facilidade ao acesso destes serviços, enquanto os grupos sociais excluídos como é o caso dos moradores do nosso local de estudo, bairro Padre João de Barros Pinho, residem nas áreas periféricas distante do centro da cidade.

a) Esquema de Kohl (simplificado)



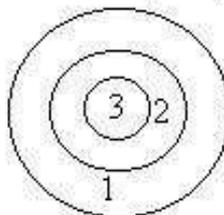
**Figura 1** - Esquema clássico de segregação espacial de Kohl.

**Legenda:** Status social: 1 - alto, 2 - médio, 3 - baixo.

**Fonte:** CORRÊA (1995).

E. W. Burgess define o segundo modelo de segregação fundamentado em metrópoles norte-americanas (Corrêa 1995, p, 68) “generaliza um padrão de segregação residencial em que os pobres residem no centro e a elite na periferia da cidade, em aprazíveis subúrbios”. Na análise de Burgess a ordem de ocupação de espaço se inverte, visto que a alta sociedade está em busca de áreas preservadas e abandonando as áreas centrais, que foram tomadas por um aglomerado de imigrantes a procura de emprego tornando os antes prédios luxuosos em cortiços (figura 2).

b) Esquema de Burgess (simplificado)



**Figura 2** - Esquema clássico de segregação espacial.

**Legenda:** Status social: 1 - alto, 2 - médio, 3 - baixo.

**Fonte:** CORRÊA (1995).

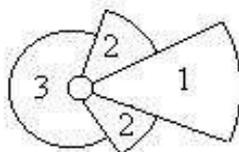
Outro autor que faz referência a esse modelo de segregação é Lacoste, que exemplifica o cenário de ocupações irregulares em grandes centros urbanos abandonados em Argel, na Turquia em 1945.

Todavia, a favela, por mais impressionante que possa ser e apesar do sucesso desse termo, não é a única manifestação geográfica da miséria urbana. Há ainda outras, menos espetaculares, menos “chocantes”. Antes que aparecessem as favelas, no sentido preciso do termo, as cidades onde, antes da grande explosão urbana, existia um velho centro (tradicional ou colonial), conheceram um fenômeno de deterioração maciça, com o surgimento de cortiços e de um extremo superpovoamento dos bairros centrais, abandonados pelas classes dirigentes, à medida que estas se deslocavam em direção aos bairros mais modernos. Um dos casos mais célebres é o da “Kasba”, de Argel. As ricas casas turcas tornaram-se, pouco a pouco, o quadro arquitetônico onde se amontoaram os antigos camponeses. Cada família comprimindo-se em cada um dos múltiplos “casebres” montados dentro dos antigos e grandes cômodos, como pequenas caixas amontoadas dentro de uma gaveta. (LACOSTE, 1985, p.181).

Para Corrêa (1995), o terceiro modelo, denominado por Hoyt, é uma tendência autos segregativa, em que a população elitizada desenha o modelo da cidade cortando as melhores áreas para seu território e sequesterando os demais grupos sociais se estabelecem em outros setores. Segundo Hoyt, economista norte-americano (figura 3).

A segregação espacial não assume um padrão em círculos em torno do centro. As áreas residenciais de alto status localizam-se no setor de maiores amenidades, achando-se cercadas pelos setores de população de médio status. Diametralmente oposto encontra-se um amplo setor habitado pela população de baixo status (Corrêa 1995, p, 69).

## c) Esquema de Hoyt (simplificado)



**Figura 3** - Esquema clássico de segregação espacial.

**Legenda:** Status social: 1 - alto, 2 – médio, 3 - baixo.

**Fonte:** CORRÊA (1995).

A segregação espacial como consequência do processo histórico da sociedade, construída em raízes econômicas distintas que se efetivou no espaço sob a égide do capitalismo e do poder político:

A cidade é a sede de um monstruoso poder econômico e político. Ligada às forças produtivas, a cidade também se constitui como força produtiva e, em sua evolução histórica, as categorias econômicas se impõem na cidade como categorias dominantes. Assim, na sociedade moderna, o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico) chega a dominar o espaço social (o espaço integrado de comunhão social). Desse modo, o espaço social perde a sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas, pulverizando-se em “guetos” distintos. Os lugares segregados da cidade moderna não são justapostos, são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e setores dominados. (LEFÉBVRE, 1972, p. 107).

Em análise aos resultados das pesquisas realizadas pelo censo demográfico do IBGE 2010, verifica-se que a questão da segregação espacial é abordada como aglomerados subnormais em que possuem pelo menos uma das seguintes irregularidades:

Urbanização fora dos padrões vigentes - refletidos por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: a) invasão; b) loteamento irregular ou clandestino; e c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

**Tabela 1 - Dados referentes ao número de aglomerados subnormais em municípios brasileiros.**

Unidade de Federação	Número de aglomerados subnormais	Número de municípios com aglomerados subnormais	Nº de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	Residentes em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais
<b>Brasil</b>	<b>6 329</b>	<b>323</b>	<b>3 224 529</b>	<b>11 425 644</b>
Rondônia	25	1	12 605	47 687
Acre	16	2	10 001	36 844
Amazonas	121	24	89 933	381 307
Roraima	3	1	303	1 157
Pará	248	13	324 596	1 267 159
Amapá	48	6	23 909	108 086
Tocantins	6	1	2 097	7 364
Maranhão	87	5	91 786	348 074
Piauí	113	1	35 127	131 451
Ceará	226	14	121 165	441 937
Rio Grande do Norte	46	2	24 165	86 718
Paraíba	90	5	36 380	130 927
Pernambuco	347	17	256 088	875 378
<b>Alagoas</b>	<b>114</b>	<b>12</b>	<b>36 202</b>	<b>130 428</b>
Sergipe	46	4	23 225	82 208
Bahia	280	10	302 232	970 940
Minas Gerais	372	33	171 015	598 731
Espírito Santo	163	10	70 093	243 327
Rio de Janeiro	1 332	42	617 466	2 023 744
São Paulo	2 087	60	748 801	2 715 067
Paraná	192	13	61 807	217 223
Santa Catarina	74	15	21 769	75 737
Rio G. do Sul	223	23	86 478	297 540
Mato Grosso do Sul	8	2	1 879	7 249
Mato Grosso	14	2	16 472	56 982
Goiás	12	4	2 431	8 823
Distrito Federal	36	1	36 504	133 556

**Fonte:** IBGE- Censo Demográfico de 2010

A tabela 1, extraída do censo 2010 referente ao alto índice de aglomerações subnormais nas cidades dos estados brasileiros revela a existência de 6.329 aglomerados em 323 municípios. Os aglomerados dos estados brasileiros não são todos iguais, pois ocorrem por motivos diferentes e cada um com sua especificidade. Em algumas cidades do Estado do Amazonas, por exemplo, as aglomerações aparecem em áreas ribeirinhas, onde a população é continuamente atingida por enchentes, já no estado de Alagoas as aglomerações ocorrem em grotas, encostas, margens de rios e terrenos íngremes, este último caracteriza nosso local de estudo, bairro Pe. João de Barros Pinhos.

## 2.1 Desenvolvimento urbano

É notório o crescimento urbano não apenas nas grandes e médias cidades, já é possível visualizar o aumento populacional em pequenos municípios. É sabido também, que o país não põe em prática políticas públicas que atendam, de fato, às necessidades da população mais carente, visto que as políticas implantadas para o melhoramento das cidades priorizam as áreas habitadas por aqueles que têm maior poder aquisitivo. Em consequência disto, a rápida expansão do tecido urbano continua a crescer nas áreas periféricas da cidade sem planejamento algum. O processo de urbanização brasileiro, sem o controle urbanístico, produzindo grande número de áreas irregulares e um espaço de grande ilegalidade na fiscalização das construções e usos do solo e de agressão ambiental (MARICATO 2002).

Pode-se pensar que as cidades desenvolvem-se na medida em que crescem e se expandem verticalmente e horizontalmente, com indústrias, serviços variados, centros e subcentros, modernização espacial e de transportes, áreas privilegiadas embelezadas, etc., tudo o que se encontra em uma cidade “desenvolvida”. Mas que desenvolvimento urbano é este que não chega a todas as áreas das cidades? Tais progressos geram um descompasso social e um alto preço ao meio ambiente, ou seja, geram desigualdades sociais e agressões contra o patrimônio ecológico. Faz-se necessário um desenvolvimento urbano não apenas econômico e de modernização tecnológica, mas, sobretudo um desenvolvimento sócio espacial igualitário. Souza afirma:

Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social. (2007, p. 1001) (grifos do autor).

O sistema político realiza um desenvolvimento econômico perverso através de programas de benefícios sociais, mascarando uma redistribuição de renda que não satisfazem as reais necessidades da população mais carente, desse modo, é impossível haver melhorias nos indicadores sociais. A sociedade capitalista parece desconhecer os valores e padrões culturais da organização espacial, focalizando apenas o aumento da economia, menosprezando assim, o nível de bem estar para a sociedade. Na convicção de SOUZA (2007, p 100) “O desenvolvimento é, nos seus termos mais simples, um processo de mudança para melhor, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas”. (grifo do autor).

A exclusão social, marca registrada do processo de urbanização na economia capitalista, especialmente nas grandes cidades, terminará por “empurrar” os mais pobres para as piores porções do território urbano, nesse caso as áreas de menor valor imobiliário, em face da

localização, ausência de serviços e infraestrutura e muitas vezes da situação de risco.

Para Corrêa (2000) é preciso pensar o espaço urbano capitalista como produto social de ações acumuladas por agentes que o produzem e o consomem. Isso porque a partir do momento em que a terra urbana passa a ser mercadoria seu acesso torna-se restrito àqueles que tenham a capacidade de comprá-la. Mercadoria cara, o acesso ao solo urbano torna-se cada vez mais restrito gerando um claro processo de distinção espacial na cidade.

Em seu processo de constituição, ao invés de acompanhar eixos bem definidos, as cidades brasileiras construíram-se em um quadro de disparidade, e o modo como ocorreu essa formação desestruturou a formação de uma organização territorial adequada. O que resultou em municípios carentes de infraestrutura que dificulta a inclusão de um maior contingente populacional.

O problema habitacional no Brasil vem se estendendo por longos anos e um fator relevante é a má distribuição do solo, consequência arcaica que perdura até os dias atuais. Em São José da Laje, cidade localizada na zona da mata alagoana, não é diferente, o município é constituído por áreas privadas, pertencentes aos grandes latifundiários, o que dificulta o crescimento igualitário local. Desta forma, a população mais carente procura lugares informais que não são alvo de especulação, geralmente áreas degradadas, impróprias para moradia, por não haver infraestrutura e saneamento básico adequado, o que oferece riscos de acidente e ameaça a saúde da população.

## 2.2 Lei do saneamento básico

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS),

Saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. É o conjunto de medidas adotadas em um local para melhorar a vida e a saúde dos habitantes, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico mental e social.

Em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o Ministério das Cidades, a partir deste feito a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) estabeleceu o saneamento básico como política pública com o objetivo de universalizar os serviços de saneamento básico nacional e oferecer qualidade de vida igualitária para todos os cidadãos. Porém, apenas em 2007 foi aprovado o projeto de lei que determinava regras nacionais para o planejamento do saneamento básico e para realizar-se o Governo Federal liberou 40 milhões de reais para investimentos em saneamento.

Vejamos a Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do

lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Saneamento básico, definido como serviço público, é o conjunto de ações que tem por objetivo tornar o meio ambiente salubre para proteger a população de doenças, ou seja, saneamento básico está diretamente ligado à saúde e ao meio ambiente. O objetivo principal dessa lei é assegurar uma vida digna, estabelecendo o acesso ao serviço de saneamento básico como um direito social do cidadão e um dever do Estado, visando atender principalmente as famílias de baixa renda e tem o compromisso de universalização deste serviço. Moraes descreve saneamento básico como:

O conjunto de ações, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, compreendendo o abastecimento de água em quantidade suficiente para assegurar a higiene adequada e o conforto, com qualidade compatível com os padrões de potabilidade; coleta, tratamento e disposição adequada dos esgotos e dos resíduos sólidos; drenagem urbana de águas pluviais e controle ambiental de roedores, insetos, helmintos e outros vetores e reservatórios de doenças (ibid., s. p.).

### **2.3 Responsabilidades dos municípios com o saneamento**

Grande parcela dos transtornos que permeiam o meio urbano são resultados da falta de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano, aliada a uma série de fatores de ordem econômica, social e física que geram condições favoráveis ao avanço da população sobre as unidades de conservação através da ocupação desordenada do solo, principalmente em áreas ambientais. Por políticas públicas, entende-se as ações governamentais conduzidas para solucionar quaisquer necessidade pública seja ela social, econômica ou cultural. A política pública voltada para o social, como é o caso do saneamento básico, deve ser coletiva, com a comunidade participando ativamente junto com o Estado e o Município.

A Lei garante, aos usuários, condições para exercer com legitimidade a participação e o controle social na formulação de políticas, de planejamentos e de avaliação dos serviços, por meio do amplo acesso às informações e do conhecimento dos seus direitos, deveres e penalidades. (PHILIPPI JR, 1999, p. 130).

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, Art. 1º “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

Para que aconteça um desenvolvimento urbano dentro dos padrões do Estatuto da Cidade, faz-se necessário que a prefeitura elabore o Plano Diretor a ser aprovado pela câmara Municipal de Vereadores. Esta iniciativa é indispensável para que o município possa expandir de forma organizada garantindo bom funcionamento socioespacial. A função do Plano Diretor é trazer melhorias para o município e para os habitantes através do planejamento urbano, identificando as condições de cada parte do território a serem ocupadas, preservando as áreas

ambientais e priorizando os espaços que mais precisam de infraestrutura. O Art. 182 da Constituição Federal estabeleceu que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. [...] O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

A Lei nº 11.445/2007, em seu art 52, que está atribuído ao Governo Federal, sob a coordenação do Ministério das cidades, a responsabilidade de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). O Plansab não deve ser entendido apenas como uma política pública, mas também como uma política social, pois está incluído no âmbito social, político e econômico, sobretudo voltado ao bem estar e a saúde da população.

A partir desses atos normativos, os municípios brasileiros devem elaborar seus instrumentos de planejamento nesse segmento, visando atender a legislação no que se refere ao abastecimento de água potável, esgotos sanitários, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Assim, o município de São José da Laje pertencente ao Estado de Alagoas deverá elaborar seu plano de saneamento para o cumprimento dessa obrigação.

O Plano Municipal de Saneamento Básico deve ser desenvolvido entre o município, os agentes gestores e a população cujo objetivo é apresentar soluções para os problemas que causam transtornos aos habitantes:

[...] com base no conhecimento das especificidades e carências do município, detectadas na etapa de diagnóstico. Esse processo de negociação não é mais do que a busca de uma solução de compromisso que concilie objetivos conflitantes, como a demanda da população por infraestrutura e serviços. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p, 101).

O Plano Municipal de Saneamento Básico precisa ser aprovado em audiência pública, podendo passar por discussão da proposta e apresentações de sugestões ou reivindicações e em seguida aprovado pela Câmara Municipal. Com a aprovação do plano municipal, os órgãos competentes devem desenvolver as diretrizes estabelecidas e traçar metas para o atendimento dos serviços necessários.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu Art. 23, inciso VI, estabelece como competência dos municípios, estados e do Distrito Federal,

[...] proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos. [...].

### 3. MATERIAL E MÉTODO

### **3.1 Pesquisa de campo**

A pesquisa de campo ocorreu nos dias 08 e 09 de janeiro de 2016. Foram realizadas visitas ao bairro estudado, Padre João de Barros Pinho, onde foi possível observar e constatar aspectos que foram apresentados no decorrer da pesquisa e que estão presentes no local de estudo.

Através da pesquisa de campo foi possível adquirir informações relevantes para a construção desse trabalho. A contribuição de representantes municipais, o apoio recebido pelos moradores e as informações concedidas por ambos foram indispensáveis para a realização desta pesquisa.

### **3.2 Aplicação de questionário**

A aplicação de questionário foi dirigida aos moradores do bairro Padre Pinho, localizado no Município de São José da Laje- AL. Foram entrevistados trinta (30) chefes de família e feitas vinte e seis (26) perguntas referentes à pesquisa.

### **3.3 Entrevistas**

As entrevistas foram realizadas nos dias 08 e 09 de janeiro de 2016 com os órgãos competentes do município e pessoas que estavam aptas a responder as perguntas indispensáveis a esta pesquisa. Entre eles foram entrevistados o Secretário Municipal de Infraestrutura e mais dois colaboradores da área, o Coordenador Municipal da Defesa Civil e o Ex-prefeito do município, responsável por reconhecer a área como bairro em 2005

A entrevista é importante instrumento de trabalho, pois busca encontrar no entrevistado fatos que ele considera indispensável para compor a pesquisa e expõe seu ponto de vista sobre o caso em estudo. Para cada entrevistado foram direcionadas de quatro a cinco perguntas coletadas através de escritos e áudios.

### **3.4 Análise documental**

A análise documental é indispensável para o enriquecimento do trabalho, pois, nela estão contidas informações históricas do local estudado que contribuem para o entendimento de como se desenvolveu a área. Os documentos obtidos durante a pesquisa foi apenas a lei de criação do bairro concedida pela Câmara Municipal de Vereadores de São José da Laje. O setor da prefeitura responsável pelos demais documentos informou que não foi encontrado o Plano Diretor Municipal.

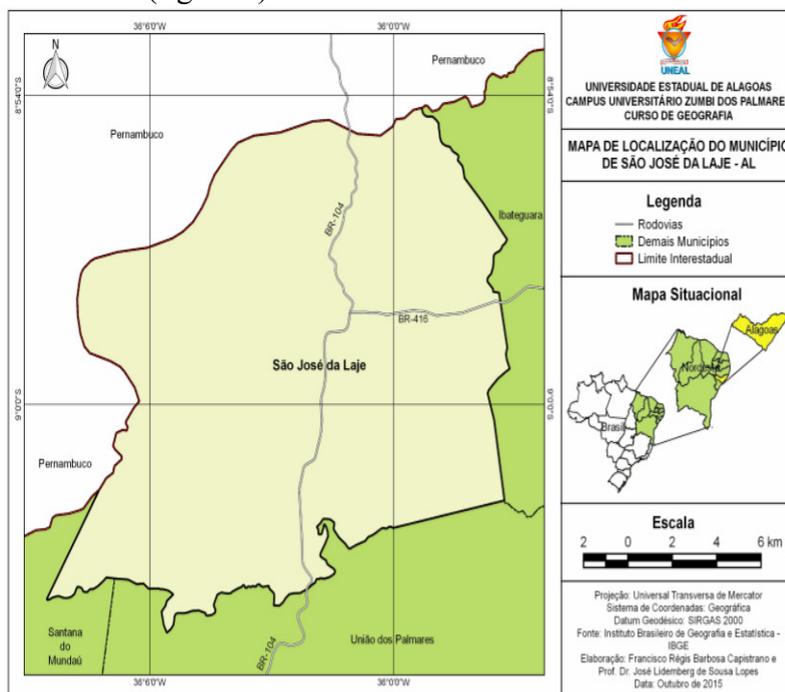
### **3.5 Registro fotográfico**

Os registros fotográficos presentes neste trabalho foram feitos no bairro Padre Pinho no município de São José da Laje- AL durante a pesquisa de campo, com o intuito de mostrar a infraestrutura e organização do mesmo, tendo como foco principal, as residências construídas no local.

### **3.6 Caracterização do recorte espacial**

São José da Laje está localizado na região norte-nordeste do estado de Alagoas, na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião Serrana dos Quilombos. Seus limites são com o município Canhotinho- PE ao Norte, União dos Palmares ao Sul, Ibataguara ao Leste e

Santana no Mundaú a Oeste (figura 4).



**Figura 4** - Estado de Alagoas, em destaque o Município de São José da Laje /AL

**Fonte:** Prof. Dr. José Lidemberg de Sousa Lopes. Curso de Geografia da UNEAL - Campus V - Zumbi dos Palmares (2015).

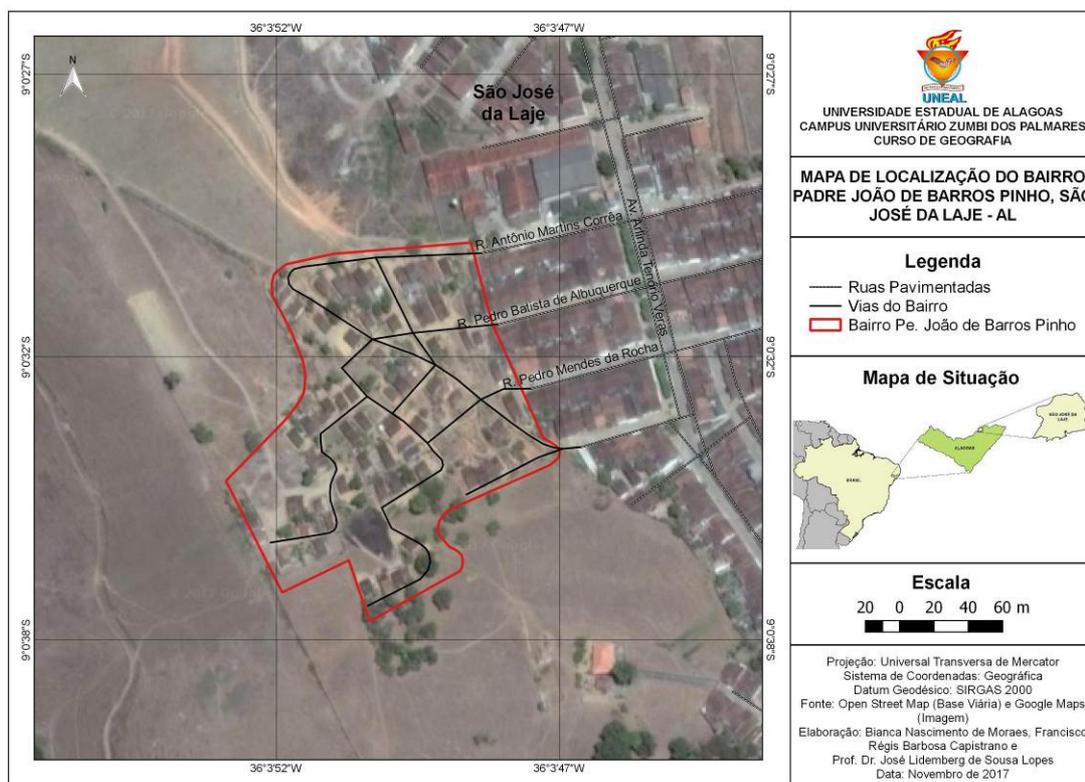
A origem do povoado de São José da Laje está ligada às primeiras expedições comerciais feitas entre Porto Calvo, Porto de Pedras e outros municípios situados no litoral norte alagoano, além de algumas cidades de Pernambuco como Rio Formoso, Cabo de Santo Agostinho e Sirinhaém. Sua expansão, no entanto, deveu-se realmente aos motivos religiosos.

Em 1828, já havia doação feita por José Vicente de Lima e sua esposa Senhoria Angélica de Mendonça, a São José. Eles doaram cem mil réis de terra. O casal era dono de um antigo engenho de açúcar onde mais tarde se instalou a Fazenda Boa Esperança. Os contornos de terras doados não eram bem definidos, mas citava o Rio Canhoto num ponto onde está hoje a cidade. Em 1876, o povoado era desenvolvido e se chamava Laje do Canhoto.

A Assembleia Provincial o elevou à categoria de Vila com o título de São José da Laje. Para a Laje, foi também a sede do município de Imperatriz (hoje União dos Palmares), através da Lei nº 737, de 1876, que terminou não sendo cumprida. Pela Resolução nº 896, de 1886 ficou criado o município de São José da Laje, com os mesmos limites da freguesia, mas judicialmente ligado a União dos Palmares. Só com a Constituição de 1935, é que o município teve assegurada a Comarca. A fé e a devoção da população fazem com que o município tenha programação festiva de sobra para animar os visitantes. O aniversário da cidade é comemorado dia 28 de julho. O número de habitantes segundo o Censo de 2015 é de 24.140.

### 3.7 Área de estudo

A pesquisa foi realizada no bairro Padre João de Barros Pinho, localizado no município de São José da Laje, nas coordenadas  $9^{\circ} 0'32''$  S /  $36^{\circ} 3'52''$  W, o acesso dar-se pela BR-104 rodovia que liga o município a capital do Estado de Alagoas (figura 5).



**Figura 5** – Localização do bairro Padre João de Barros Pinho em São José da Laje/AL

Fonte: Prof. Dr. José Lidemberg de Sousa Lopes. Curso de Geografia da UNEAL - Campus V - Zumbi dos Palmares (2017).

O Bairro Padre João de Barros Pinho, segundo entrevista realizada com o ex-prefeito do Município, Paulo Roberto de Pereira de Araújo (Neno), começou com pequenas invasões, os moradores foram construindo as casas aos poucos até que chegou a certo número de casa de taipas que precisou de uma ação da prefeitura. O ex-prefeito afirmou:

Na época, eu era o prefeito, depois do prefeito Luiz Daniel, e construí cerca de vinte e poucas casas de alvenaria pela FUNASA, financiado pelo governo federal, a partir daí foi colocado energia para as casas, iluminação pública, água. Então, o bairro foi avançando neste sentido, o pessoal achava um terreno e construía uma casa, e hoje está daquela forma.

Antes de ser um bairro, no local havia só mato, então, as pessoas limpavam e invadiam para começar a construir. Isto depois do prefeito Múcio Veras, por volta de 1988 e 1989. Em 2005, o falecido Padre Alexandre sugeriu colocar o nome do Padre João de Barros Pinho naquele bairro, daí foi enviado um projeto de Lei para a câmara, que foi aprovado, e hoje é bairro Padre João de Barros Pinho, e possui cerca de cinquenta e cinco (55) residências, porém os moradores do município de São José da Laje desconhecem o nome do bairro, pois como o mesmo não recebeu um nome no início de sua formação, por não ter sido planejado e não fazer parte do mapa da cidade, a própria população passou a chamar o bairro “Alto da Cocada” como

é conhecido até hoje (figura 6).



**Figura**  
Padre  
Pinho, em São José da Laje/AL  
**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).

**6** - Vista do Bairro  
João de Barros

Este bairro, assim como outros existentes em São José da Laje, foi construído sem qualquer tipo de planejamento no que diz respeito a sua infraestrutura, pois o bairro cresceu em uma área de aclive, o que se torna uma peculiaridade dentro do município. Assim, o bairro começou a ser habitado sem qualquer tipo de estudo realizado por especialistas no local. Este bairro existe há mais de vinte (20) anos e nenhuma iniciativa foi tomada para regulamentar a situação desagradável e que oferece riscos de desmoronamento e transtornos com a falta de infraestrutura em torno das moradias e o péssimo acesso ao bairro que se torna difícil, pois não existe uma escadaria que possa favorecer a rotina dos moradores (figura 7).



**Figura 7** - Situação de risco de deslizamento no bairro Padre João de Barros Pinho em São José da Laje/AL  
**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A falta de planejamento do bairro reflete a organização inadequada em que estas famílias estão inseridas no espaço urbano de São José da Laje, fazendo com que o bairro caracterize-se como uma área segregada em relação a outras partes da cidade. Em entrevista realizada a Coordenadoria de Defesa Civil do município, foi reconhecido pelos responsáveis o risco de deslizamento na área e que em 2013, um geólogo do Governo Federal esteve na área para análise, porém não foi informado na entrevista, qual foi o resultado dessa análise, o bairro não recebe monitoramento constante de especialistas técnicos, como engenheiros, geólogos, apenas durante o período de inverno, considerado por eles como “período crítico” que o bairro recebe a visita da Defesa Civil. Devido aos riscos de deslizamentos que ocorrem principalmente, no período das chuvas, isso acontece porque as águas infiltradas vão desestabilizando as encostas, que por serem inclinadas tendem a escorregar, destruindo assim moradias construídas nestas extremidades.

Ainda segundo a Coordenadoria de Defesa Civil, o ideal seria a retirada dos moradores da área, mas como eles se recusam a sair o município, iniciou um projeto que está em andamento para calçar o bairro e fazer uma escadaria, porém não teve acesso a esse projeto.

No município de São José da Laje, a segregação espacial faz-se presente de duas maneiras, ocorre por meio de loteamentos, onde um terreno é dividido em lotes que são vendidos por pequenos preços e através de ocupações irregulares, ilegais, sem documentação e sem planejamento em áreas ambientais. Essas ocupações sem o auxílio de políticas públicas começam a se desenvolver sem estrutura alguma em áreas degradadas, encostas, pista e de matas, vindo a se tornar uma área de segregação dentro da cidade, isso acontece pela falta de planejamento e programas habitacionais que beneficiem os habitantes do município que não

encontram outra saída, a não ser habitar as áreas fora do padrão legal e correndo riscos de sofrer danos por catástrofes ambientais e danos à saúde através de proliferações de doenças decorrentes da falta de saneamento básico. No entender de Souza:

À pobreza urbana e a segregação residencial podem ser acrescentados outros problemas, não raro intimamente associados com elas duas. Um deles é o da degradação ambiental, em relação à qual, aliás, se percebe, em cidades brasileiras, uma interação entre problemas sociais e impactos ambientais de tal maneira que vários problemas ambientais, que irão causar tragédias sociais (como desmoronamento e deslizamentos em encostas, enchentes e poluição atmosférica). (grifo do autor) (SOUZA, 2007, p. 84).

Qualquer obra que o homem realize sobre uma encosta poderá afetar as formas de relevo, pois a intervenção humana sobre o relevo terrestre demanda a ocupação e a transformação da superfície do terreno. Dependendo do tamanho dessa intervenção, das práticas conservacionistas utilizadas e dos riscos geomorfológicos envolvidos, os impactos ambientais associados poderão causar grandes prejuízos ao meio físico e aos seres humanos. A atuação humana na superfície terrestre tem causado uma série de impactos, onde as encostas tem sofrido toda sorte de formas de degradação.

#### **4.1 Os produtores do espaço**

Com 27 anos de existência, o Bairro Padre João de Barros Pinho ainda apresenta um cenário socioeconômico bem inferior comparado a outros bairros de São José da Laje. Os produtores deste espaço representam os grupos sociais excluídos, que produzem e modelam seu próprio espaço independente dos demais agentes, como por exemplo, o governo. As pessoas que foram morar no bairro no início de sua formação, são advindas da zona rural e viviam em situações precárias, porém atualmente, é possível encontrar moradores de todas as partes da cidade. Segundo a Senhora Maria Cícera de 83 anos, uma das moradoras mais antigas do bairro, no começo tudo era apenas mata e capoeiras, os próprios moradores limpavam o local para levantar suas casas de taipas (figura 8), no início não havia água, iluminação nem saneamento, condições estas que não foram modificadas até os dias atuais, pois não existe saneamento e os serviços de água e luz são precários. Como afirma Corrêa (1995, p. 11) “O espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.”



**Figura 8** - Casas de taipa no bairro Padre João de Barros Pinho em São José da Laje/AL  
**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).

Ao analisar o histórico de moradores do bairro, foi possível verificar que sua maioria é composta por um número considerável de migrantes. Há controvérsias sobre a forma que foram adquiridos os lotes. Os moradores afirmam que foi através da compra, porém o entrevistado Paulo Roberto Pereira de Araújo (Neno), ex-prefeito do município, relatou que os lotes foram doados, o que, provavelmente, tornou-se um atrativo para as pessoas que migraram de outras localidades, principalmente os que saíram da zona rural e vieram para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida.

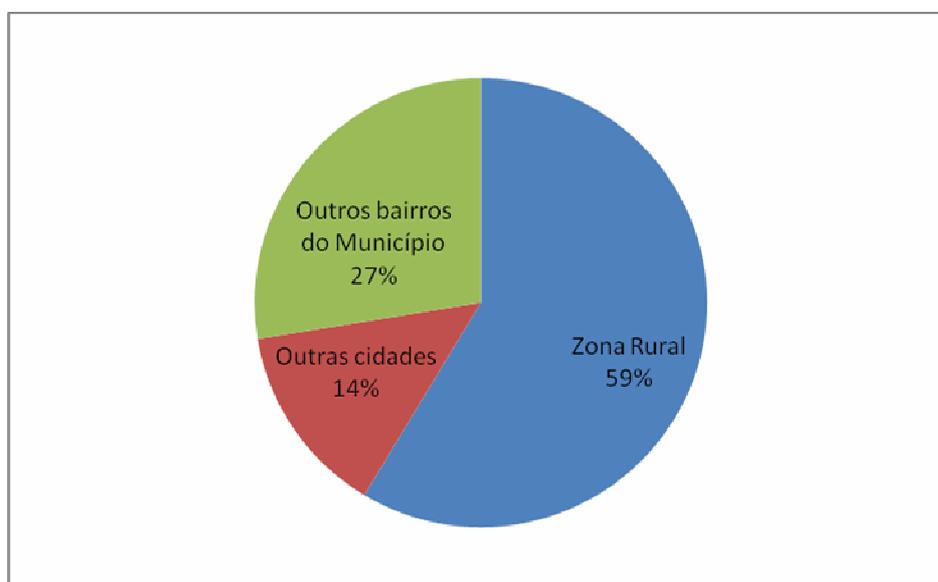
É muito comum os loteadores não cumprirem com a sua parte no que se refere a certas obras e melhorias infraestruturais [...] e é a própria população do loteamento, via de regra uma população pobre, moradora de periferias urbanas, que terá, penosamente de lutar junto ao Poder público para levar infra-estrutura, inclusive saneamento básico até o local, e regularizar a situação.(SOUZA, 2007, p. 175)

#### 4.2 Dados dos indicadores sociais

Com 27 anos de existência, o bairro Padre Pinho apresenta um perfil socioeconômico bem inferior comparado a outros bairros do município. No levantamento histórico feito no bairro, notou-se que inicialmente o mesmo foi constituído por uma pequena porção de moradores oriundos principalmente da zona rural, porém hoje é possível encontrar pessoas de todas as partes da cidade.

Em análise feita após entrevista com os moradores do bairro, verificou-se que 59%

deles são oriundos da zona rural, sítios como Val Paraíso, Cadeado, Limão, Pombal, entre outros. Já 27% dos moradores mudaram de outros bairros do município e 14% são de pessoas que migraram de outra cidade e/ou estado como União dos Palmares, Porto Calvo e Pernambuco (figura 9).



**Figura 9** - Origem da população residente no bairro

**Fonte:** pesquisa aplicada (2016)

É notório o grande percentual de pessoas que realizaram o fluxo migratório da zona rural para a zonal urbana, fatores como a falta de atrativos socioeconômicos colaboram para este processo. As famílias que viviam muito distantes vieram para a cidade em busca de oportunidade de trabalho na colheita de cana-de-açúcar, atividade econômica importante da Usina Serra Grande-USGA, que emprega grande parte da população do município.

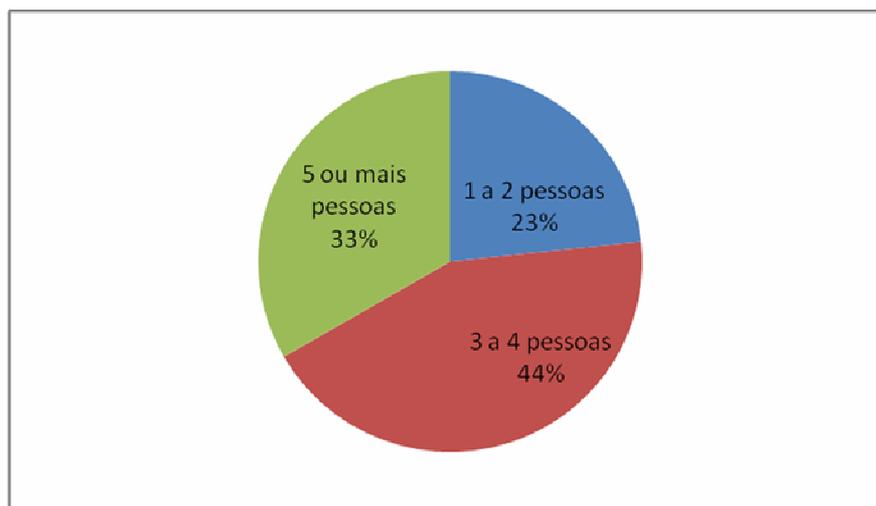
[...] a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação que lutam pelo direito a cidade. Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados, encostas íngremes e áreas alagadiças. (CORRÊA, 1995 p, 30).

Durante a pesquisa constatou-se que 57% dos moradores do bairro Padre João de Barros Pinho são trabalhadores da Usina Serra Grande, que se dividem entre funcionários fixos e aqueles que trabalham temporariamente durante a safra canavieira, é importante salientar que a pesquisa de campo realizou-se no mês de janeiro, em que os trabalhadores temporários estão prestando serviços à empresa. 29% não exercem atividades remuneradas e os outros 14% são pessoas aposentadas ou prestam serviços para a prefeitura municipal. Como apontam os dados, a perspectiva de melhoria de vida não se deu de forma homogênea, pois boa parte das famílias ainda vive em condições inferiores comparadas as famílias de outros bairros da cidade.

Outro aspecto relevante que caracteriza a situação precária nas condições de vida das famílias é o número de moradores por residência em que a composição familiar é de 23% de uma (01) a duas (02) pessoas, 33% de cinco (05) ou mais e 44% são de três (03) a quatro (04)

pessoas. Comparando a renda familiar com o tamanho das 30 famílias entrevistadas, o rendimento não supre, na maioria dos casos, se quer as necessidades básicas (figura 10).

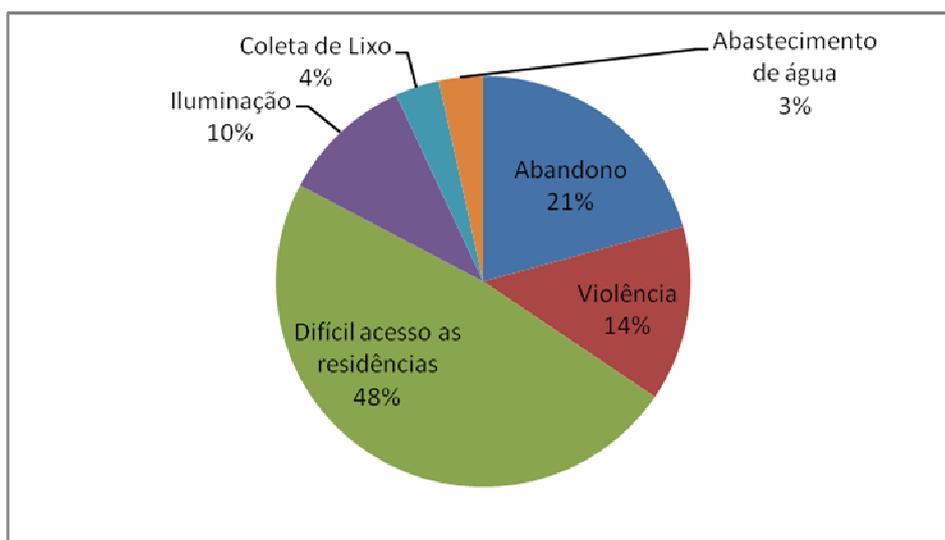
As famílias do bairro Padre João de Barros Pinho são atendidas por algum programa social oferecido pelo governo estadual, federal ou municipal, como bolsa família, programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), entre outros. Tais programas contribuem de alguma forma no orçamento das famílias, porém os moradores, em sua maioria, se recusaram a responder este quesito do questionário durante a pesquisa de campo.



**Figura 10** - Total de pessoas por grupo familiar do bairro  
**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).

Através dos dados obtidos nas entrevistas com os moradores, fica claro a deficiência na realização de alimentação adequada, vestuário, escolaridade e também acesso a lazer, enquanto há outros bairros da cidade de São José da Laje onde se encontram famílias que vivem em condições de vida bem superiores. Tais fatores evidenciam a desigualdade presente no município, decorrente da má distribuição de renda que reflete na segregação espacial e impossibilita a reprodução social dos moradores do bairro Padre Pinho, pois estes moradores tendem a sofrer discriminação por parte do restante da população por viverem em moradias inferiores e em um ambiente que não é adequado para sobrevivência. Os problemas existentes no bairro são reconhecidos pelos moradores que vivem insatisfeitos com a realidade do local. Durante a entrevista, como pode ser visto na (figura 11), observou-se que as principais queixas dos moradores são: 3% - abastecimento de água, 4% - coleta de lixo, 10% - falta de iluminação pública, 14% - violência, 21% - abandono por parte dos órgãos responsáveis e 48% o - difícil acesso às moradias. O conceito de segregação espacial utilizado por Carlos (1994, p. 42) revela todos os conceitos discutidos até o momento.

A paisagem urbana metropolitana refletirá assim a segregação espacial, fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços, à infraestrutura, enfim, aos meios de consumo coletivo. O choque é maior quando se observa as áreas da cidade destinadas a moradia. É onde a paisagem urbana mostra as maiores diferenciações, evidenciando nitidamente as contradições de classe e modos de vida.



**Figura 11** - Deficiência dos serviços básicos  
**Fonte:** Pesquisa aplicada (2016).

### 4.3 Indicadores sociais revelam a realidade do bairro

Diante da falta de planejamento em sua formação, o bairro Padre Pinho apresenta diversos problemas. Em entrevista com os moradores, a principal queixa é que no período chuvoso, a argila escorregadia causa grande transtorno à população local, dificultando o acesso às moradias, principalmente as residências que se localizam na parte superior do bairro (figura 12).



**Figura 12** - Caminho de acesso às residências  
**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).

Além do difícil acesso às moradias, o bairro sofre com o problema do lixo, a disposição inadequada do destino dos resíduos que trazem consequências e contamina a área, comprometendo o solo, a água e o ar, gera uma má imagem ao bairro e, sobretudo, compromete a saúde da população e traz sérios danos ao meio ambiente.

Durante a entrevista, os moradores relataram que o bairro não recebe o serviço de coleta de lixo. Em contraponto, em entrevista realizada com o Secretário de Infraestrutura, no que diz respeito a coleta de lixo no bairro, o secretário relatou que “existe um ponto de coleta para os moradores depositarem o lixo a ser recolhido, pois é inacessível à subida do caminhão de coleta de lixo no morro, porém os próprios moradores não respeitam esse ponto e descartam o lixo em terrenos baldios e

encostas o lixo e a da (figuras



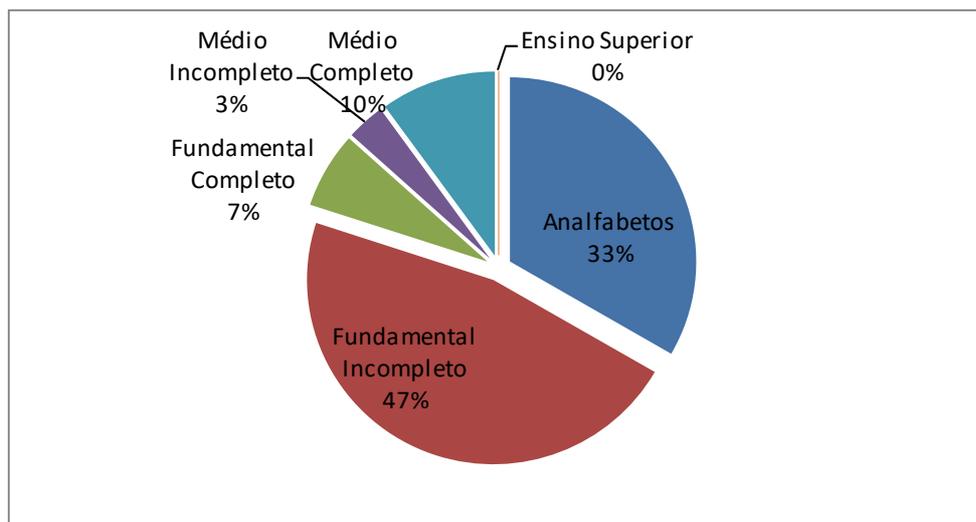
acarretando acúmulo de dificuldade realização coleta” (13 e 14).

**Figura 13** - Área de descarte dos resíduos sólidos  
**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).



**Figura 14** - Resíduos espalhado no bairro  
**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).

De acordo com as informações dos moradores, dos 30 adultos que representam as famílias entrevistadas 47% possuem o ensino fundamental incompleto, 33% são analfabetos, 10% possuem o ensino médio incompleto, 7% ensino fundamental completo, 3% possuem o ensino médio completo e 0% possuem ensino superior. Como pode ser visto na figura 15, não há uma base educacional adequada por parte da população, e que se trata realmente de uma segregação entre os demais bairros do município de São José da Laje em relação ao Padre Pinho. Através da condição de vida da população e o modo como se organizam em sociedade, é notório o descaso do poder público para com essa parte da cidade.



**Figura 15** - Escolaridade dos entrevistados

**Fonte:** pesquisa aplicada (2016).

O bairro recebe do município de São José da Laje energia elétrica e abastecimento de água, no que se refere a saneamento básico, foi revelado em entrevista com o Secretário de Infraestrutura que em todo o município não há saneamento básico, exceto o Conjunto Habitacional Armando Lyra, construído em 2010 para as vítimas da enchente, tem o saneamento básico construído de ligação domiciliar, rede coletora e estação de saneamento, o restante do município, o que existe é uma rede coletora de águas pluviais em que a população, indevidamente, lança seus esgotos nesta rede que cai diretamente no rio Canhoto, rio que corta o município. O destino inadequado do esgoto não é uma particularidade apenas no Município de São José da Laje, dados do Censo Demográfico de 2010 apontam que aproximadamente metade da população do País dispõe esgotos domésticos em rede coletora de esgotos ou de águas pluviais (IBGE, 2011). Mais de 20 milhões de brasileiros têm a fossa séptica como solução para seus dejetos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velocidade em que ocorreu o processo de urbanização brasileira, consequência das inúmeras atividades econômicas concentradas na rede urbana, acarretou o aumento da população urbana do país, reproduzindo novas formas de organização espacial das cidades, novas culturas e relações sociais.

Tais questões permitem refletir as contradições presentes no sistema capitalista, onde quem possui renda maior reside nos melhores locais da cidade, enquanto a população de baixa renda é levada a ocupar os piores locais da cidade. Através desta organização surge a segregação

do bairro pobre, periférico, em que a cidade é maquiada pela classe de maior poder aquisitivo, escondendo a classe baixa e não permitindo que ambas as classes ocupem os mesmos espaços. O bairro Padre Pinho retrata a situação de um bairro segregado, enfrentando a falta de infraestrutura, o descaso dos órgãos competentes e a deficiência de serviços básicos.

Pode-se tomar como iniciativas, a construção de escadarias, projeto que já foi providenciado pelo prefeito, porém são ações paliativas e requerem verbas, que o município não dispõe. Segundo o Engenheiro e Secretário de Infraestrutura, em virtude de ser uma área de risco, não é adequada para habitação. Além da área, as próprias construções são fracas e o bairro tem obstáculos no acesso como, por exemplo, para um cadeirante ou para prestação de socorro dos próprios moradores. Também, a administração pública buscar a inclusão de um programa habitacional para remoção dos moradores para uma área propícia a moradia, com melhores condições de vida, porém não se pode fazer essa retirada pela resistência dos mesmos, por isso são feitas ações paliativas, pois a pavimentação é inviável diante da falta de planejamento em que o bairro foi construído.

Diante de tantas dificuldades estruturais, sociais, econômicas e históricas refletidas no bairro, faz-se necessário uma reorganização para modificar a situação de segregação em que o bairro se encontra.

Espera-se que o trabalho possa despertar o poder público e a sociedade civil, em trazer melhorias e qualidade de vida a população. No entanto, esse trabalho não se esgota aqui, outras pesquisas podem trazer resultados relevantes na área.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Características Urbanísticas dos Domicílios Brasileiros - Censo Demográfico 2010. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd\\_2010\\_entorno\\_domicilios.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd_2010_entorno_domicilios.pdf). Acesso em: 25 Jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Aglomerados Subnormais Informações Territoriais – Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2015.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.445 de 5 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Trata. Saneamento Básico no Brasil - PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios) 2013. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil-bakup>. Acesso em: 27 Ago. 2015.

CARLOS, A F.A. A. (RE) produção do Espaço Urbano. São Paulo: Editora da Universidade, 1994. 270 p.

\_\_\_\_\_, A. F. A. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CASTELLS. M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, R L. O espaço urbano. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 2000.

Enciclopédia Município de Alagoas, do Instituto Arnon de melo, 2006. Disponível em: <http://reservasvaldotimoteo-rppn.com.br/areserva-1-5.php>. Acesso em: 10 Ago. 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed – São Paulo: Atlas, 2002.

LACOSTE, Y. Geografia do subdesenvolvimento. 7. ed. São Paulo: Difel, 1985.

LEFEBVRE, H. O pensamento marxista e a cidade. Lisboa: Ulisseia, 1972.

MARICATO, E. Brasil, cidades alternativas para a crise urbana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed – São Paulo: Atlas 2003.

MOISÉS, J. A. O Estado, As contradições Urbanas e os Movimentos Sociais. in: \_\_\_\_\_. (Org.). Cidade, Povo e Poder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

MORAES, L. R. S. Conceitos de Saúde e Saneamento. Salvador: DHS/UFBA, 1993. 6p. Não Publicado.

\_\_\_\_\_. BORJA, P. C. Política e Regulamentação do Saneamento na Bahia: situação atual e necessidade de arcabouço jurídico-institucional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 21º., 2001, João Pessoa. Anais... Rio de Janeiro: ABES, 2001. 1 CD-ROM.

PHILIPPI JR. et al. Orientações Básicas para a Estruturação de um Sistema Municipal de Gestão Ambiental. In: Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil. Org. Arlindo Philippi Jr., et al. São Paulo: Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente, 1999, p. 128-130.

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico. Mais Saúde Com Qualidade de Vida e Cidadania. Brasília, Dezembro de 2013. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/Proposta\\_Plansab\\_11-08-01.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/Proposta_Plansab_11-08-01.pdf). Acesso em: 07 Jun. 2016.

PONTES, F. G. São José da Laje, Memória de São José da Laje - Maceió Gráfica e Editora Universal, 1989.

RIBEIRO, L. C. Q. Cidade e Cidadania: Inclusão Urbana e Justiça Social. In: Ciência e Cultura: Temas e tendências. **Revista da Sociedade para o progresso da Ciência**. Ano 56, nº 2, Abril/ Maio/ Junho de 2004.

\_\_\_\_\_. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. Sociedade e Estado, Brasília, v.22, n.3, p.525-544, 2007.

SANEPAR. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) – Companhia de Saneamento do Paraná. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/prefeituras/plano-municipal-de-saneamento-basico>. Acesso em: 19 Set. 2015.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, M L. O Brasil Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano. 3. ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.